



Governo do Distrito Federal
Vice-Governadoria

Equipe de Planejamento da Contratação - OS nº 25 de 11/03/2024

Justificativa - VGDF/EPCFTM-OS25

PREMISSAS E CONSIDERAÇÕES PARA O CÁLCULO DO BDI

1. **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - AC**

O acórdão nº. 2.622/2013 estabelece que essa parcela fique entre 3,00% e 5,50%, para obras de construção de edifícios. Várias bibliografias apontam para uma taxa variando entre 2% e 15%, conforme cita o relatório que fundamentou o acórdão 2369/2011, a saber:

"Mozart Bezerra da Silva, em seu livro 'Manual de BDI', 1ª Edição, 2006 (p. 56 e 57), apresenta orçamentos para oito portes de empresas construtoras dos quais pode ser inferido que o rateio da Administração Central terá uma relação inversa com o custo direto. Tais estudos indicam uma taxa de administração central variando de 5 % a 15%. Também, Maçahico Tisaka – "Orçamento na Construção Civil", 1ª Edição, 2006 (p. 93) – considera o rateio da Administração Central variando entre 5% e 15%, e Aldo Dórea Maos – Como preparar orçamento de obras, 1ª Edição, 2006 (p. 208 e 209) afirma que os valores mais comuns ficam entre 2% e 5% do custo da obra. Já André Luiz Mendes e Patrícia Reis Leitão Bastos, em 'Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas:

Bonificação e Despesas Indiretas (BDI)', publicadas na Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília, v. 32, n. 88, abr/jun 2001, sugerem, para a composição do BDI dos orçamentos de obras públicas, a adoção de uma taxa de administração central de 6%."

Diversos são os fatores que podem influenciar as taxas de administração central praticadas pelas empresas, podendo ser citados: estrutura da empresa, número de obras que a empresa esteja executando no período, complexidade e prazo das obras, bem como o faturamento da empresa. Assim, compor a taxa de Administração Central depende dos gastos de cada empresa, os quais são extremamente variáveis em função do seu porte e dos contratos que são por ela administrados.

Dessa forma, considerando que as atividades específicas que correspondem à manutenção e operação da administração da empresa, a divisão das despesas de outras obras que ela estará ou não executando, a complexidade, o prazo e estrutura da empresa, e ainda pelo desconhecimento quanto à qual empresa que irá realizar a obra, optou-se utilizar a taxa de **4,00%**.

2. **SEGURO (S) E GARANTIAS (G)**

A garantia contratual tem por objetivo resguardar a Administração Pública contra possíveis prejuízos causados pelo particular contratado em razão de inadimplemento das disposições contratuais, sendo exigida por decisão discricionária do administrador público, desde que prevista no instrumento convocatório. De acordo com o relatório que antecede o Acórdão 325/2007-TCU- Plenário, o percentual atribuível ao seguro-garantia no BDI depende do prazo de execução da obra, da classificação de risco da empresa e da negociação do prêmio com a seguradora.

Ainda, o Acórdão 325/2007-TCU trouxe para o BDI o item Seguro, que é a previsão de uma taxa específica para cobrir as despesas advindas da contratação de seguros para cobertura dos riscos que são inerentes ao ramo da construção civil. Estes são contratos regidos pelo direito privado firmado entre o particular.

Assim, considerando as peculiaridades e complexidade do objeto a ser segurado, foi utilizado o valor médio de **0,8%** no que tange ao Item Seguro e Garantia (S + G), nos quais foram consideradas as recomendações dadas pelo Acórdão 2.622/2013.

3. **RISCOS E IMPREVISTOS - R**

Os riscos de engenharia são aqueles associados diretamente às atividades empresariais propriamente ditas de construção civil, comuns à execução de qualquer empreendimento e suportados pelo contratado. São riscos usuais de negócio de um construtor que podem impactar a execução, o gerenciamento, a produtividade e o desempenho da obra, com consequências significativas sobre os seus custos globais, conforme Estudos do TCU.

São riscos: riscos de engenharia, riscos normais de projetos de engenharia, riscos de erros de projetos de engenharia, riscos associados a fatos da Administração, riscos associados à área extraordinária/extracontratual. Assim, ao se considerar os riscos intrínsecos ao projeto deste empreendimento e tendo em vista a faixa de valores do item Riscos da tabela do Acórdão 2.622/2013, adotou-se o valor de **1,27%**, conforme o item “Construção de Edifícios”, o qual compreende obras de construção de edificações.

4. **DESPESAS FINANCEIRAS – DF**

Em decorrência das exigências legais de qualificação econômico-financeira das empresas licitantes, um dos requisitos essenciais para a contratação de obras públicas é a boa situação financeira da empresa contratada e a sua disponibilidade de recursos financeiros suficientes para suprir a necessidade de financiamento da obra e para desenvolver de forma satisfatória a execução do objeto contratado.

Para fins de composição do BDI, a taxa de juros Selic seria a referência mais adequada para a remuneração das despesas financeiras de uma obra pública com vistas a resguardar a Administração Pública de taxas abusivas e a garantir ao contratado uma justa remuneração pela prestação de serviços, já que os preços da obra não podem ser onerados por uma possível ineficiência operacional e financeira do construtor.

Assim, o cálculo das despesas financeiras leva em consideração, especialmente, o prazo médio de financiamento da obra, sendo considerado o período em que efetivamente a empresa terá que financiar as suas atividades operacionais, como estocagem, produção, pagamento aos fornecedores, medição dos serviços e recebimento das receitas. Dessa forma, considerou-se uma estimativa razoável atender ao Acórdão Nº 2622/2013 – TCU e adotou-se o percentual de **1,23%**.

5. **LUCRO - L**

O lucro é outra parcela reconhecidamente complexa de se estimar, apresentando grande variação de valores propostos entre os autores da área e também nos adotados pelos órgãos públicos em suas licitações. Assim, considerou-se a taxa de Lucro de 7,40%.

6. **IMPOSTOS – I**

No âmbito das contratações públicas, é inquestionável que a retribuição total assegurada ao particular contratado pela venda de produtos e serviços abrange não somente os custos diretos e indiretos e a sua remuneração, mas compreende também os custos tributários incidentes sobre a atividade pertinente à execução da prestação contratual.

Para as alíquotas do PIS e COFINS foi considerado o regime de incidência cumulativa, com base no art. 8º da Lei n. 10.637/2002 e art. 10º da n. Lei 10.833/2003 (alterada pela Lei 13.043/2014), que apontam as pessoas jurídicas e receitas que permanecem sujeitas ao regime cumulativo, dentre elas, as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil (Lei n.12.375/2010). Assim, as obras de construção civil contribuem para o PIS e a COFINS utilizando as alíquotas de contribuição de **0,65% e 3,00%** do faturamento bruto, respectivamente.

PIS

Conforme exposto acima e dado pela tabela de BDI para construção de edifícios, dada pelo Acórdão nº 2622/2013, considera-se o valor de 0,65% para o PIS.

COFINS

Conforme exposto anteriormente, considera-se o valor de 3,00% para o COFINS.

7. **ISS**

Para o ISS, a alíquota mínima foi fixada em 2% pelo art. 88, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, enquanto a alíquota máxima foi estipulada em 5% pelo art. 8º, inciso II, da Lei Complementar n. 116, de 31/07/2003. Ressalte-se, ainda, conforme o § 2º, inciso I, art. 7º dessa mesma Lei Complementar, que a base de cálculo desse tributo é o preço do serviço, excluindo-se desse número o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços. Assim, o valor do ISS considerado foi de **2,00%**.

8. **VALOR DE BDI**

Considerando as fórmulas conforme Acórdão TCU, têm-se que:

- BDI NÃO DESONERADO = 22,23%
- BDI DESONERADO = 28,35%

Tais valores foram obtidos através da seguinte fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Informa-se ainda que não foi aplicado a nenhum item da planilha estimativa orçamentária o BDI diferenciado, uma vez que não houveram itens de mero fornecimento para aquisição de insumos e equipamentos, sendo todos os itens compostos por "fornecimento e instalação", inclusive os dispostos na Planilha de Composições (136984960).

Assim, o cálculo do BDI foi realizado consoante ao disposto no ACÓRDÃO 2622/2013 - PLENÁRIO, conforme Planilha de Cálculo do BDI (136987760).

Equipe de Planejamento da Contratação:

ANNA CAROLINA MONTENEGRO NUNES SALES

Matrícula 1.713.076-X

Engenheira Civil - CREA 32597-D/DF

SIDINEI FERREIRA DE ANDRADE

Matrícula: 1.690.296-3

ANDRE VASCONCELOS DE LARA RESENDE

Matrícula: 1.715.055-8



Documento assinado eletronicamente por **ANNA CAROLINA MONTENEGRO NUNES SALES - Matr.1713076-X, Membro da Equipe de Planejamento da Contratação**, em 27/03/2024, às 15:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ VASCONCELOS DE LARA RESENDE - Matr.1715055-8, Membro da Equipe de Planejamento da Contratação**, em 01/04/2024, às 13:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SIDINEI FERREIRA DE ANDRADE - Matr.1690296-3, Membro da Equipe de Planejamento da Contratação**, em 01/04/2024, às 14:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=136986660)
verificador= **136986660** código CRC= **593AFA0F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Palácio do Buriti - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

Telefone(s):

Sítio - <https://www.vice.df.gov.br>